



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

## CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL, NÍVEL INTERMEDIÁRIO E NÍVEL SUPERIOR

EDITAL Nº 01/2009 de 03/09/2009



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

### NÍVEL SUPERIOR

#### PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

##### QUESTÃO 01.

###### Recurso procedente.

RECURSO: Os recursos alegam que a alternativa (A) não corresponde à uma interpretação correta do poema,

JUSTIFICATIVA: A questão 01 solicita que seja indicada uma afirmação do poeta. - A banca, após reavaliar as possíveis leituras do poema, considera a alternativa (B) como uma possível leitura correta. Portanto, os recursos são procedentes, a questão fica CANCELADA.

##### QUESTÃO 02.

###### Recurso improcedente

RECURSO: Os recursos questionam a duplicidade de gênero e alguns substantivos.

JUSTIFICATIVA: A questão 02 solicita a indicação da alternativa em que o gênero dos substantivos está usado corretamente. - A única alternativa em que o gênero dos substantivos está empregado corretamente é a alternativa (B), como afirma o gabarito, pois todas as palavras citadas estão corretas quanto ao gênero. A existência de substantivo com dois gêneros não invalida a questão.

##### QUESTÃO 03.

###### Recurso improcedente

RECURSO: Os recursos questionam algumas funções dos pronomes referidos nesta questão.

JUSTIFICATIVA: A questão 03 solicita a indicação da alternativa em que a função dos pronomes está correta. - Todas as construções propostas acima estão corretas. Observe-se: .. *mas se dá ares de, se* é objeto indireto. Basta perguntar *dá ares a quem*. O *se*, em *não se comprou* ela, é pronome apassivador, ou seja, ela não foi comprada, portanto é sujeito. No caso. "*Deixe-as dormir*" -*as* está no lugar de elas, sujeito do verbo dormir, deixe elas dormir. No caso *∴ Senti-a chorar, o "a"*. funciona como sujeito de chorar, ou seja, Senti ela chorar. Portanto, a alternativa correta continua sendo a alternativa (D).

##### QUESTÃO 04.

###### Recurso Improcedente

RECURSO: Os recursos questionam a concordância usada na alternativa (A) e na alternativa (D).

JUSTIFICATIVA: A questão 04 solicita a indicação da alternativa em que a concordância verbal está incorreta. Na alternativa (A) a concordância deveria se dar com o pronome **nós** que tem primazia diante de outros pronomes de tratamentos, ou seja, *Vínhamos* ... Na alternativa (D) a concordância está correta, pois a pessoa que fala se inclui nos fatos. Portanto, a alternativa (A) é a única incorreta.

##### QUESTÃO 05.

###### Recurso improcedente

RECURSO: O recurso alega não haver nenhuma alternativa correta.

JUSTIFICATIVA: A questão 05 solicita a indicação da alternativa correta quanto à concordância verbal. Segundo as normas gramaticais do padrão culto da Língua, todas as concordâncias referidas nas propostas estão corretas. Portanto, confirma-se a alternativa (C) como resposta correta. .

##### QUESTÃO 06.

###### Recurso improcedente

RECURSO: O recurso alega que a resposta da alternativa (A) implica na condenação dos manjares exóticos.

JUSTIFICATIVA: A questão 06 solicita a indicação da alternativa em que a concordância verbal está incorreta. A alegação do impetrante não se verifica. Segundo o texto, o autor apenas fala de preferências. Portanto, a alternativa correta é a(A).

### **QUESTÃO 07.**

#### **Recurso improcedente**

RECURSO: O recurso questiona a alternativa (A) como resposta correta.

JUSTIFICATIVA: O recurso apresenta questionamento não pertinente à questão 07.

### **QUESTÃO 08.**

#### **Recurso improcedente**

RECURSO: O recurso questiona haver palavras fora do contexto, nas outras alternativas que não a correta,

JUSTIFICATIVA: A questão 08 solicita a indicação da alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente. - A banca reafirma a alternativa (B) como resposta correta, pois palavras fora do contexto não impedem o candidato de dar uma resposta correta.

### **QUESTÃO 09.**

#### **Recurso improcedente**

RECURSOS: Os diversos recursos pedem que a questão seja anulada sob a argumentação principal de que o uso de crase é facultativo antes de pronomes de tratamento.

JUSTIFICATIVA: Em relação a estes recursos, transcrevemos as palavras de Bechara (2009, p. 309 e 310), que em sua 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa* afirma que “não ocorre crase” “diante de pronome pessoal e expressões de tratamento como V. Exa. V. Sa. V. M. , etc”:

“Requeiro a V. Exa. Com razão”.

Portanto, a banca considera improcedentes todos os recursos relacionados a esta questão.

### **QUESTÃO 10**

#### **Recurso improcedente**

RECURSOS: O recurso do candidato pede que a alternativa seja alterada sob a alegação de o vocativo e o respectivo pronome de tratamento (Prezado Senhor e Vossa Senhoria) não podem ser usados para funcionários graduados, diretores e chefes de seção, e que o certo seria utilizar Excelentíssimo Senhor e Vossa Excelência.

JUSTIFICATIVA: De acordo com o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, a principal referência na regulação da redação oficial no País, Excelentíssimo Senhor e Vossa Excelência são tratamentos utilizados apenas para autoridades civis, judiciárias, militares, acadêmicas e religiosas. O recurso é improcedente. A banca mantém a alternativa C.

## **PROVA DE CONHECIMENTOS REGIONAIS**

### **QUESTÃO 11.**

#### **Recurso improcedente.**

RECURSO: O recurso enfatiza que não há resposta correta.

JUSTIFICATIVA: O recurso torna-se **improcedente** porque a resposta correta é a alternativa “C”. Basta observar na própria tabela do PNUD, inclusive apresentada pela proponente do recurso, onde informa que o estado do Tocantins apresenta um IDH, igual a 0,756, sendo superado pelo Amapá com 0,780, Amazonas, com 0,780 e Rondônia com 0,776. E apesar de Amazonas e Amapá estarem empatados o PNUD, considera o Amazonas em segundo lugar como demonstra a tabela.

### **QUESTÃO 15.**

#### **Recurso procedente.**

RECURSO: O recurso afirma que em todas as questões há exemplos de comunidades quilombolas do Estado do Tocantins, e não apenas na alternativa "D".

JUSTIFICATIVA: O recurso é procedente, pois no enunciado da questão não ficou claro que a resposta certa era a alternativa que continha todos os exemplos corretos de comunidades quilombolas.

### **QUESTÃO 20.**

#### **Recurso Improcedente.**

RECURSO: O recurso informa que a questão não está condizente com o edital, por se tratar de um problema relativo a Araguaína, especificamente, outro afirma que há duas respostas corretas "A e D".

JUSTIFICATIVA: O recurso torna-se **improcedente**, pois a questão trata da violência urbana de Araguaína, portanto, um tema social. Outrossim, a questão ao tratar de Araguaína se insere no âmbito estadual, pois esta cidade pertence ao Tocantins. Por fim, é preciso lembrar que o município de Araguaína é também, de acordo com o IBGE, uma microrregião que congrega vários municípios que estão sob sua influência. A questão atende, portanto, ao requisito que versa sobre o Tocantins.

O recurso impetrado para a questão 20 torna-se **improcedente** uma vez que condições de infraestrutura urbana precária e falta de espaços de lazer, não podem ser tomados como determinantes na geração de violência urbana, embora tenham contribuições. Além disto, na alternativa "A", acrescenta-se o fato da baixa qualificação profissional, e isto não pode ser visto como um fato gerador de violência urbana.

A alternativa "D" continua sendo a mais correta uma vez que os registros da polícia militar apontam o bairro Araguaína Sul como aquele que tem o maior número de ocorrências, nesses últimos anos. Isto não significa dizer que não ocorram delitos em outras partes da cidade. Basta verificar nos relatórios policiais.

## **PROVA DE INFORMÁTICA**

### **QUESTÃO 22.**

#### **Recurso procedente.**

RECURSO: A questão informa que os cálculos serão apresentados na coluna E. Para a primeira média, deveria ser selecionada a célula E2 e não A2.

JUSTIFICATIVA: Todas as alternativas deveriam apresentar que a célula E2 seria apresentada e não A2 como mostra a prova. Assim, a questão será anulada.

**Palmas, 27 de novembro de 2009.**